

Invisibilidade midiática e deserto de notícias: uma análise da cobertura das Regiões Administrativas do Norte do DF e do Plano Piloto¹

Ana Rita Monteiro Correia²

Graciene Lilian Lima Silva³

Gustavo Correa Lopes⁴

Isadora da Silva Siqueira⁵

Elen Cristina Geraldês⁶

Resumo

Este estudo analisa a invisibilidade midiática e o fenômeno dos desertos de notícias nas Regiões Administrativas do Norte do Distrito Federal, comparando sua cobertura jornalística com a do Plano Piloto, área central da capital brasileira. Por meio da análise quantitativa de conteúdos publicados no período de 2 a 8 de junho de 2025 pelos veículos Correio Braziliense, Metrôpoles e DFTV - 1ª edição, investigam-se a presença de notícias sobre essas duas regiões administrativas, os temas abordados e o enquadramento das matérias. A pesquisa discute os fundamentos constitucionais do direito à informação e suas relações com cidadania e desigualdades urbanas, destacando a cidade como espaço simbólico marcado por visibilidades e invisibilidades. Os resultados evidenciam desigualdade informacional significativa, reforçando a necessidade de políticas públicas para ampliar a pluralidade e o acesso democrático aos meios de comunicação.

Palavras-chave

Invisibilidade midiática; deserto de notícias; regiões administrativas do DF

Introdução

Em seus 65 anos, Brasília é uma cidade relativamente jovem criada para ser uma referência como localidade futurista. O sonho de Brasília, no projeto inspirador de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, era de um espaço integrado, harmonioso e democrático, onde moradores de diferentes classes sociais pudessem conviver no espaço urbano. Hoje, porém, essa utopia foi superada pela desigualdade entre regiões mais centrais e demais

¹ Trabalho apresentado ao IJ07 Comunicação e Cidadania da 20ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante do 3º. semestre de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília.

³ Estudante do 3º. semestre de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília.

⁴ Estudante do 3º. semestre de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília.

⁵ Estudante do 3º. semestre de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília.

⁶ Orientadora do trabalho. Docente do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília.
E-mail: elenger@unb.br

regiões administrativas, marcadas por renda per capita menor, desemprego e precariedade na oferta e na qualidade de serviços públicos.

Região mais antiga e central do Distrito Federal, o Plano Piloto tem, segundo dados oficiais do Governo do Distrito Federal, aproximadamente 250 mil habitantes, e uma das maiores rendas domiciliares do país, entre 10 e 15 mil reais. A Região Norte do Distrito Federal, constituída por regiões administrativas como Sobradinho I e II, Planaltina, Fercal e Itapoã e outros povoados próximos a elas, tem aproximadamente o dobro de habitantes (490 mil) e, em média, um terço da renda domiciliar, 3 mil reais.

No Plano Piloto estão localizados o maior portal de notícias e os dois principais jornais do Distrito Federal em termos de história, impacto e tiragem, as emissoras de TV Globo, Record, SBT e Band, grandes emissoras de rádio, diversas assessorias de imprensa e correspondentes nacionais e internacionais. Já a Região Norte apenas dispõe de alguns sites e contas de redes sociais criados por iniciativas de seus moradores, sem profissionalismo, periodicidade ou regularidade, caracterizando-se como “deserto de notícias”, definidos como áreas que não possuem nenhum veículo independente de comunicação local, ou seja, desprovidas de cobertura midiática tanto dos eventos cotidianos quanto das decisões governamentais (Barros, 2019).

A questão norteadora deste artigo é: Há invisibilidade midiática da Região Norte do Distrito Federal, caracterizada como “deserto de notícias”, em relação ao Plano Piloto, que se traduz em menor frequência de matérias, em monotemáticas e em enquadramentos negativos? Para respondê-la, serão analisadas notícias de três veículos: DFTV (1ª edição), Correio Braziliense e Metrôpoles. O objetivo é evidenciar se há lacunas da mídia convencional na representação das cidades do norte do DF, contribuindo para o debate sobre a democratização da informação e o fortalecimento do protagonismo dessas comunidades na esfera pública.

O artigo está dividido nos seguintes tópicos: na fundamentação teórica, são abordados conceitos relacionados ao direito à informação e à sociologia da cidade que auxiliam a compreender o papel social da informação na construção da visibilidade e da cidadania dessas localidades. Em seguida, apresentam-se as análises das notícias

selecionadas, culminando nas considerações finais e propostas para uma cobertura jornalística mais inclusiva e representativa.

1. Direito à informação

O direito à informação constitui um dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito assegurado na Constituição Federal de 1988. Os artigos 5º, incisos IX e XIV, e o artigo 220 da Carta Magna garantem a liberdade de expressão, a livre manifestação do pensamento e o acesso à informação, além de vedar qualquer forma de censura ou restrição ao conteúdo comunicacional (Brasil, 1988). Esses dispositivos não apenas asseguram o direito individual de se expressar e ser informado, mas também reconhecem a importância da comunicação como elemento estruturante da cidadania e da democracia.

A comunicação, nesse contexto, deve ser compreendida como um direito coletivo e social, cuja efetivação está vinculada à diversidade de vozes, pluralidade de fontes e igualdade de acesso aos meios. Francisco Karam (1997), por exemplo, propõe o conceito de direito social à informação, compreendendo-o como o direito de todos os cidadãos de informar e serem informados de forma clara, diversa e precisa. Para o autor, a construção simbólica da realidade, mediada pela informação, deve refletir a multiplicidade de perspectivas, opiniões, culturas e interpretações que compõem o tecido social (Karam, 1997, p. 15).

Nesse sentido, a comunicação não pode estar subordinada apenas aos interesses econômicos ou políticos dominantes, pois isso compromete sua função pública e social. A informação parcial ou excludente, segundo Karam, configura-se como um “ato contra a humanidade e a favor de uma ética essencialmente particularista” (Karam, 1997, p. 26). Entretanto, no cenário comunicacional brasileiro, é possível observar uma profunda assimetria no acesso à informação, o que se evidencia, entre outros aspectos, pelo fenômeno dos desertos de notícias. No contexto brasileiro, aproximadamente 26,7 milhões de indivíduos residem em municípios caracterizados como “desertos informativos”, abrangendo um total de 2.712 cidades. As consequências desse fenômeno são muitas:

Os desertos de notícias privam a população de ter informações sobre a própria realidade, além de impactar nas relações sociais entre moradores e na manutenção de identidades culturais locais, representando uma ameaça à

democracia em meio à crise de credibilidade midiática que vem sendo amplificada pela emergência das fake news. As informações que chegam até as pessoas que vivem em desertos de notícias falam de uma realidade que para elas é plastificada ou não interessa aos seus cotidianos, em detrimento de informações sobre serviços básicos que afetam diretamente suas vidas. (Medeiros, 2020, p. 374)

A categorização desses territórios baseia-se na ausência de veículos de comunicação jornalística localizados dentro da respectiva região geográfica, o que resulta na limitada oferta de informações locais para seus habitantes (Barros, Eichelberger e Pasch, 2024). Conforme evidenciado pelos dados do Atlas da Notícia de 2023, quase metade das cidades brasileiras (48,7%) ainda enfrenta significativa carência no acesso a conteúdos jornalísticos locais. A escassez de jornalismo local representa um obstáculo direto ao exercício da cidadania, pois dificulta o acesso a informações sobre políticas públicas, prestação de contas, segurança, saúde, educação e outras temáticas que impactam diretamente a realidade das comunidades.

2. Sociologia da cidade e comunicação

2.1 Centro-periferia e desigualdade no espaço urbano

A estrutura urbana brasileira é marcada por profundas desigualdades espaciais, que se expressam na relação centro-periferia. Essa dicotomia territorial não é apenas geográfica, mas também política e simbólica. De acordo com Milton Santos (1993), o espaço urbano, especialmente no Brasil, é moldado pela lógica do capitalismo e por relações sociais desiguais. Essa dinâmica leva à concentração de infraestrutura, serviços e visibilidade nos centros, áreas privilegiadas e nas cidades corporativas, que são equipadas primordialmente para servir aos interesses das grandes empresas e do Estado.

Em contrapartida, as periferias e as áreas mais pobres são historicamente negligenciadas pelo Estado e pelo mercado, sofrendo com a carência de infraestrutura e serviços públicos essenciais, além de serem palco de especulação imobiliária, que agrava a segregação e aprofunda a pobreza de seus moradores.

O próprio poder público torna-se um agente privilegiado da escassez; assim, estimula a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; é incapaz de resolver o problema da habitação, empurrando a maior parte da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres,

forçando-os a pagar caro por precários transportes coletivos e a adquirir a preços elevados bens de consumo indispensáveis e serviços essenciais que o poder público não consegue oferecer (Santos, 1993, p. 111).

Bourdieu (1989) discute como diferentes lugares ou regiões possuem valores simbólicos diferenciados e são objeto de lutas por reconhecimento. Há uma disputa contra as classificações e a imposição de visões de mundo. Certas áreas ou grupos são menos reconhecidos, têm menos visibilidade e menor capital simbólico. A mídia desempenha um papel fundamental na constituição e no reconhecimento da identidade, incluindo a identidade regional, além de atuar na luta contra estigmas. A falta de reconhecimento, ou a invisibilidade, configura uma forma de violência simbólica. Assim, territórios periféricos, frequentemente estigmatizados ou ignorados pelas mídias tradicionais, tornam-se invisíveis no debate público, o que impacta diretamente o reconhecimento social de seus moradores e o acesso a direitos.

A cidade não é um dado natural, mas um campo em constante disputa por recursos, representações e sentidos. Essas disputas não ocorrem apenas no plano material, como nas lutas por moradia, transporte ou acesso a serviços públicos, mas também no plano simbólico. A forma como os territórios e seus sujeitos são representados influencia diretamente a formulação de políticas públicas, a construção de valores sociais e a definição de hierarquias culturais. Como argumentam Ribeiro e Barros Júnior (2022), a desigualdade na oferta midiática gera disparidades na cobertura noticiosa e contribui para um cenário de invisibilização da informação local. A ausência de noticiário regional compromete tanto a visibilidade das comunidades quanto a revitalização da esfera pública.

2.2 Cidade mediatizada: quem aparece e quem é silenciado?

A noção de “cidade mediatizada” remete à ideia de que os fluxos midiáticos participam ativamente da constituição do espaço urbano, ao influenciar a percepção social dos territórios e de seus habitantes. Para Muniz Sodré (2002), vivemos em uma sociedade marcada pela onipresença da mediação comunicacional, que atravessa e transforma todas as dimensões da vida social, da mobilidade ao consumo, da política à cultura. O autor concebe a mediatização como um novo "quarto âmbito existencial", capaz de redefinir a

experiência humana ao criar uma esfera em que o virtual e as tecnologias da comunicação adquirem um peso fenomenológico superior ao do real histórico. Nesse contexto, a cidade, enquanto espaço urbano e social, não é apenas objeto da comunicação: sua percepção e vivência são moldadas pelas narrativas e imagens que circulam sobre ela. É possível inferir, com base em Sodré (2002), que a mediação comunicacional exerce um papel constitutivo na construção simbólica da vida urbana, influenciando a maneira como os indivíduos experimentam e atribuem significado à cidade.

3. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa para analisar a cobertura jornalística das regiões administrativas do norte do Distrito Federal e do Plano Piloto nos principais veículos de mídia local. O objetivo é mensurar a presença, a frequência e as características das matérias relacionadas a essas regiões, a fim de identificar padrões e desigualdades informacionais que contribuem para a invisibilidade midiática. Para isso, utiliza-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), que permite mapear e quantificar a visibilidade dos territórios no espaço midiático, fornecendo dados objetivos para a comparação entre as regiões.

O corpus da pesquisa é composto por matérias jornalísticas publicadas durante o período de 2 a 8 de junho de 2025 nos portais do Correio Braziliense, Metrôpoles e DFTV - 1ª edição. Esses veículos foram escolhidos por sua relevância na cobertura regional e ampla circulação, garantindo uma análise representativa da produção jornalística local. A análise quantitativa envolveu a contagem e catalogação do número total de matérias referentes a cada região, segmentadas por veículo e tipo de conteúdo. Também foi realizada a classificação temática das matérias, identificando os principais assuntos abordados, tais como segurança, cultura, infraestrutura, política e saúde. Além disso, o enquadramento da cobertura foi avaliado, classificando as matérias em positivas, negativas ou neutras,

4. Análise e resultados

A análise da produção jornalística dos veículos DFTV - 1ª edição, Correio Braziliense e Metrôpoles, entre os dias 2 e 8 de junho de 2024, evidencia uma distribuição desigual da atenção midiática entre o Plano Piloto e as regiões administrativas do norte

do Distrito Federal. Dos 129 conteúdos veiculados no período analisados, 96 matérias foram dedicadas ao Plano Piloto (74,4%), enquanto apenas 33 matérias (25,6%) abordaram, de forma direta, temas ou acontecimentos situados nas RAs do Norte, sendo as mais citadas: Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Itapoã.

Para além da diferença de quantidade, o enquadramento das reportagens aponta um padrão problemático de representação. Nas matérias sobre as RAs do Norte, a predominância é negativa: 63,6% das reportagens possuem abordagem crítica ou associada a problemas, como criminalidade, acidentes, precariedade urbana ou violência. Correio Braziliense e Metrôpoles são os veículos que concentram a maior parte dessas matérias com viés negativo. No Correio, 11 das 17 matérias (64,7%) sobre as RAs do Norte tinham esse perfil; no Metrôpoles, o índice sobe para 69,2% (9 de 13 matérias). Já o DFTV apresentou uma distribuição mais equilibrada entre os tons, uma vez que das três matérias dedicadas às RAs do Norte, uma foi positiva, uma negativa e uma neutra. Entre as poucas reportagens com viés positivo sobre essas regiões, destaca-se a publicada pelo Correio Braziliense sobre um festival realizado em Sobradinho, que promoveu educação ambiental e celebração cultural.

Além disso, no período analisado, o Plano Piloto foi tema de 96 matérias jornalísticas. O Correio Braziliense publicou um total de 36 reportagens, seguido por Metrôpoles, também com 36 matérias, e DFTV, com 24. Essa distribuição evidencia o peso significativo dos dois principais portais digitais, que juntos responderam por 75% da cobertura sobre o Plano Piloto, enquanto o veículo televisivo manteve uma atuação mais concentrada e segmentada.

Quanto ao enquadramento das reportagens no Plano Piloto, embora também haja predominância de matérias com viés crítico (61,5% negativas), há uma diversidade maior de temas e um número mais expressivo de reportagens positivas (35,4%), além de conteúdos neutros (10,4%). Isso aponta para uma cobertura mais plural e complexa em relação ao centro, contrastando com a representação mais homogênea e estigmatizada das regiões periféricas.

A tendência mais positiva nas reportagens da DFTV pode estar relacionada ao próprio formato televisivo, que tende a priorizar coberturas presenciais, com envolvimento de repórteres locais e narrativas mais humanizadas. Já os portais digitais, como Correio Braziliense e Metrôpoles, por operarem majoritariamente via internet e

com forte dependência de “links” e indexação rápida, priorizam pautas de maior impacto imediato, frequentemente relacionadas à violência, tragédias ou conflitos, que são temas que têm maior potencial de viralização e engajamento digital. Destaca-se, entretanto, que a pesquisa apresenta limitações relacionadas ao recorte temporal restrito, o que pode não refletir integralmente o padrão anual de cobertura.

Quadro 1: Perfil de matérias jornalísticas do Plano Piloto e Região Norte do DF

Indicador	Plano Piloto	RAs do Norte (RA V, VI, VII, XXVIII)
Total de matérias	96	33
Proporção sobre o total (%)	74,4%	25,6%
Tom positivo	34	11
Tom neutro	3	1
Tom negativo	59	21
Temas principais	Cultura, Segurança, Infraestrutura, Saúde, Urbanismo	Violência, Fiscalização, Cultura, Vagas de emprego, Serviços públicos
Fontes predominantes	Autoridades, artistas, cidadãos organizados	Autoridades, entidades governamentais, população.

Como aponta Bardin (2016), a análise de conteúdo permite não apenas medir a frequência de menções, mas também compreender as lógicas de visibilidade e silenciamento que atravessam o discurso jornalístico. Assim, a centralização da cobertura no Plano Piloto funciona como um espelho da própria organização desigual do espaço urbano. A imprensa, ao privilegiar sistematicamente os acontecimentos do centro em detrimento das bordas, contribui para a consolidação simbólica de uma cidade dividida, em que apenas parte da população é representada de forma contínua, plural e positiva.

A ampla concentração da cobertura no Plano Piloto, em contraste com a baixa visibilidade das regiões administrativas do norte, revela um padrão estrutural de invisibilidade midiática. Como defendem Karam (1997) e Barros (2019), o direito à informação e à comunicação é coletivo e essencial à cidadania, mas sua realização plena exige pluralidade de vozes e presença local da informação. A ausência de cobertura qualificada nas periferias, somada aos enquadramentos negativos, reforça o estigma territorial e opera como uma forma de violência simbólica (Bourdieu, 1989). Essa assimetria não é apenas editorial, mas política: compromete o reconhecimento público das comunidades e limita seu acesso ao debate democrático.

Considerações Finais

Buscou-se compreender, neste artigo, se a cobertura jornalística da Região Norte do Distrito Federal, um deserto de notícias, sofreu impactos na frequência, na temática e no enquadramento, comparativamente ao Plano Piloto, que é uma potência informativa, com abundância de jornais, portais, emissoras de TV e de rádio etc. A resposta é sim. A Região Norte do DF, embora com uma população muito maior que a do Plano Piloto, é invisibilizada midiaticamente. Ela aparece principalmente em notícias criminais, o que não apenas reforça estereótipos negativos, mas também ignora a rica diversidade cultural e as narrativas positivas dessas comunidades, as quais merecem ser conhecidas e celebradas.

A ausência de cobertura jornalística local limita o acesso dos cidadãos a informações essenciais sobre suas próprias comunidades, resultando em um enfraquecimento do engajamento cívico e da transparência governamental. Para mitigar os impactos dos desertos de notícias, é crucial que sejam desenvolvidas estratégias que incentivem a criação e sustentação de veículos de comunicação locais. Isso pode incluir o apoio a iniciativas de mídia comunitária, o investimento em jornalismo digital e a promoção de parcerias entre organizações de mídia e instituições educacionais.

Além disso, políticas públicas que incentivam a diversidade e a inclusão no jornalismo são fundamentais para garantir que todas as comunidades tenham suas vozes ouvidas e representadas. Enfrentar os desertos de notícias não é apenas uma questão de garantir o fluxo de informações, mas também de promover uma sociedade mais justa e

equitativa, onde as culturas e contribuições de todas as regiões sejam reconhecidas e valorizadas, permitindo que todos os cidadãos participem ativamente do debate público e da construção de suas realidades.

Referências

ATLAS DA NOTÍCIA. **Atlas 2023: desertos e quase desertos de notícias no Brasil**. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br>. Acesso em: 07 jun. 2025.

BARBOSA, Carolina Matos; SILVA, João Victor de A. **Representações sociais das periferias urbanas na mídia brasileira: entre a invisibilidade e o estigma**. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 21, n. 1, p. 100–117, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Larissa Cristina Sampaio. **Desertos de notícia e comunicação pública: um estudo de caso sobre o Atlas da Notícia**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26455/2/2019_LarissaCristinaSampaioBarros_artigo.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jun. 2025.

DEOLINDO, Jacqueline da Silva. **O deserto da notícia no interior Brasil – apontamentos para uma pesquisa**. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville, 2020.

KARAM, Francisco José. **Linguagem humana, mediação jornalística e direito à informação**. In: KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997. cap. 1, p. 13-32.

MEDEIROS, Rafael. **A função social do rádio local entre desertos de notícia e zonas de silêncio: reverberações da migração AM - FM**. *Revista Latino-americana de Jornalismo (ALAIIC)*, v. 7, p. 360-378, 2020.

RIBEIRO, Alexsandro Teixeira; BARROS JÚNIOR, José Lázaro Ferreira. **Deserto de notícias: um olhar sobre a diferença de oferta midiática entre grandes centros urbanos e pequenas cidades no Paraná**. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 48, e022011, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2022v48id4955>.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. 1993.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.